

# **Demonstrações Financeiras**

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

31 de dezembro de 2016  
com Relatório do Auditor Independente

# Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstração do fluxo de caixa .....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Diretores da  
**Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/F-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gláucio Dutra da Silva', is written over the printed name.

Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC-1RJ090174/O-4

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>5</b>	32.554.898	21.085.917
Concessionárias e permissionárias	<b>6</b>	20.975.282	19.454.263
Estoques		1.830.755	2.806.287
Adiantamento a fornecedores		901.174	962.873
Impostos a recuperar		368.462	155.802
Ativo financeiro amortizável e indenizável	<b>7</b>	168.383.332	173.915.697
Outros ativos circulantes		1.543.804	330.042
		<b>226.557.707</b>	<b>218.710.881</b>
Ativo não circulante			
Ativo financeiro amortizável e indenizável	<b>7</b>	190.344.161	215.538.660
Outros ativos não circulantes	<b>8</b>	8.611.540	8.525.301
Imobilizado		1.042.656	1.216.742
Intangível		159.187	194.526
		<b>200.157.544</b>	<b>225.475.229</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>426.715.251</b>	<b>444.186.110</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balanço patrimonial  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros		189.848	286.633
Fornecedores - partes relacionadas	<b>22</b>	6.185	7.669
Empréstimos - partes relacionadas	<b>9</b>	-	77.666.242
Tributos e contribuições sociais	<b>10</b>	30.037.226	24.983.145
Taxas regulamentares	<b>11</b>	8.432.737	7.417.895
Dividendos propostos	<b>14</b>	874.644	19.890.780
Outros passivos circulantes		1.853.659	1.589.821
		<b>41.394.299</b>	<b>131.842.185</b>
Passivo não circulante			
Outras provisões - compensação ambiental		2.377.761	1.660.618
Provisão para contingências	<b>12</b>	5.400.383	5.389.233
Impostos diferidos	<b>13</b>	51.786.121	47.916.593
Outros passivos não circulantes		4.646.684	3.748.020
		<b>64.210.949</b>	<b>58.714.464</b>
Patrimônio líquido	<b>14</b>		
Capital social		82.518.088	82.518.088
Retenção de lucros		221.613.056	154.132.514
Reserva legal		16.978.859	16.978.859
		<b>321.110.003</b>	<b>253.629.461</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>426.715.251</b>	<b>444.186.110</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita operacional líquida	<b>15</b>	135.361.681	143.671.041
Custo da operação	<b>16</b>	<u>(10.462.713)</u>	<u>(7.971.003)</u>
Lucro bruto		124.898.968	135.700.038
Despesas gerais e administrativas	<b>17</b>	(11.708.523)	(9.447.950)
Outras receitas operacionais líquidas	<b>18</b>	<u>43.793</u>	<u>89.857</u>
Lucro antes do resultado financeiro		113.234.238	126.341.945
Resultado financeiro	<b>19</b>	<u>12.965.242</u>	<u>(46.693.616)</u>
Receita financeira		20.947.535	23.783.193
Despesa financeira		(7.982.293)	(70.476.809)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>126.199.480</u>	<u>79.648.329</u>
Imposto de renda e contribuição social	<b>20</b>	(38.735.074)	(39.866.769)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>87.464.406</u></b>	<b><u>39.781.560</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	87.464.406	39.781.560
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b><u>87.464.406</u></b>	<b><u>39.781.560</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucro líquido	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>82.518.088</b>	<b>16.978.859</b>	<b>134.241.734</b>	<b>-</b>	<b>233.738.681</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	39.781.560	39.781.560
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	19.890.780	(19.890.780)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(19.890.780)	(19.890.780)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>82.518.088</b>	<b>16.978.859</b>	<b>154.132.514</b>	<b>-</b>	<b>253.629.461</b>
Dividendos propostos pagos	-	-	(19.109.220)	-	(19.109.220)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	87.464.406	87.464.406
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	86.589.762	(86.589.762)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(874.644)	(874.644)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>82.518.088</b>	<b>16.978.859</b>	<b>221.613.056</b>	<b>-</b>	<b>321.110.003</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstração do fluxo de caixa  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>126.199.480</b>	<b>79.648.329</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	(11.028.412)	49.928.863
Depreciação e amortização	250.356	183.743
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.241.900)
Provisão para contingências	11.150	175.018
Provisão para medidas compensatórias	717.144	119.407
Outras provisões	898.664	-
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(1.521.019)	2.113.324
Ativo financeiro amortizável e indenizável	30.726.864	20.662.767
Estoques	975.533	(698.166)
Tributos e contribuições compensáveis	(212.659)	(13.000)
Adiantamentos a fornecedores	61.699	181.387
Outros ativos	(1.300.005)	(1.005.558)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(98.268)	(128.959)
Tributos e contribuições sociais	(1.246.632)	(16.485.574)
Impostos pagos	(28.564.834)	(29.037.384)
Juros pagos	(1.249.080)	(3.627.584)
Taxas regulamentares	1.014.843	1.050.426
Outros passivos	263.837	1.267.160
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b><u>115.898.661</u></b>	<b><u>103.092.299</u></b>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Imobilizado e intangível	(40.930)	681.941
<b>Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<b><u>(40.930)</u></b>	<b><u>681.941</u></b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos captados	-	124.417.500
Empréstimos pagos	(65.388.750)	(226.830.832)
Dividendos pagos	(39.000.000)	(30.829.188)
Dividendos propostos pagos	-	-
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b><u>(104.388.750)</u></b>	<b><u>(133.242.520)</u></b>
<b>Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>11.468.981</u></b>	<b><u>(29.468.280)</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b><u>21.085.917</u></b>	<b><u>50.554.197</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>	<b><u>32.554.898</u></b>	<b><u>21.085.917</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### **1. Informações gerais**

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” e/ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

#### **1.1. Da concessão**

Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000.

No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação.

#### **1.2. Receita anual permitida (RAP)**

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$52.000.000 (valor histórico) e será corrigida anualmente pelo IGP-M e será válida pelos primeiros 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. No período restante, perfazendo o total de 30 anos de concessão, a RAP será reduzida a 50% do seu valor original.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$174.348.146 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.

Em 23 de junho de 2016, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 estabeleceu a RAP em R\$ 193.132.822 para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **2. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017.

#### **2.1. Estimativas e premissas**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

#### **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### **2.3. Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

## **3. Resumo das principais práticas contábeis**

### **3.1. Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **3.2. Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

### **3.3. Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### **3.4. Ativo financeiro amortizável e indenizável**

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como “recebíveis” e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

### **3.5. Ativo imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### **3.6. Ativo intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

### **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

### **3.8. Impostos**

#### Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

#### Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.



## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### **3.9. Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

### **3.11. Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### **3.12. Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

### **3.13. Receita operacional**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

### Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: **(i)** a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; **(ii)** toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e **(iii)** a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

### Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

## **3.14. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

### Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável e indenizável.

O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável e indenizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado.

Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo e após reconhecimento inicial são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

## **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores - partes relacionadas e terceiros e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

### Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### Ativos e passivos financeiros derivativos

A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

### **3.15. Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

## **4. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações**

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	8.280	8.827
Banco	454.702	324.988
Aplicações financeiras	32.091.916	20.752.102
	<u><b>32.554.898</b></u>	<u><b>21.085.917</b></u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

### 6. Concessionárias e permissionárias

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
A vencer	17.925.091	16.839.265
Vencidas até 30 dias	64.679	22.256
Vencidas até 60 dias	46.942	82.396
Vencidas até 90 dias	26.594	126.125
Vencidas há mais de 90 dias	3.026.682	2.498.927
	21.089.988	19.568.969
(-) PCLD	(114.706)	(114.706)
	<u><b>20.975.282</b></u>	<u><b>19.454.263</b></u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo em 1º de janeiro	(114.706)	(1.356.606)
Reversão	-	1.241.900
Adição	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u><b>(114.706)</b></u>	<u><b>(114.706)</b></u>

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 7. Ativo financeiro amortizável e indenizável

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante	168.383.332	173.915.697
Não circulante	190.344.161	215.538.660
	<u><b>358.727.493</b></u>	<u><b>389.454.357</b></u>

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1 e 1.2) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

#### Ativo financeiro - Amortizável

As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

#### Ativo financeiro - Indenizável

Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A administração da companhia considera que ao final da concessão caberá a Companhia uma indenização. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 8. Outros ativos não circulantes

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reembolsos - Contingências (i)	5.292.495	5.214.215
Contas a receber partes relacionadas (nota explicativa 22)	85.726	86.726
Outros	3.233.319	3.224.360
	<u><b>8.611.540</b></u>	<u><b>8.525.301</b></u>

- (i) Em 16 de maio de 2010 a SGBH celebrou contrato de compra e venda de ações (o "Contrato") para aquisição de 100% (cem por cento) das ações da PCTE junto a Elecnor Transmissão de Energia S.A. Elecnor S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Cobra Instalaciones y Servicios S.A., Isolux Energia e Participações S.A., Grupo Isolux Corsán S.A. (partes vendedoras e intervenientes).

Por meio deste contrato e seus respectivos aditamentos, as vendedoras se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos à quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas acima listadas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis na nota explicativa 12.

### 9. Empréstimos

#### a) Total da dívida

<u>Descrição</u>	<u>Início</u>	<u>Venc.</u>	<u>Garantidor</u>	<u>Encargos</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
State Grid International Development Limited (SGID)	12/2013	09/2016	N/A	Libor + 2,20% a.a.	-	<u>77.666.242</u>
					-	<u><b>77.666.242</b></u>
Circulante				(ii)	-	<u>77.666.242</u>
					-	<u><b>77.666.242</b></u>

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

Em 20 de dezembro de 2013 e 20 de junho de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, as parcelas referentes ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank ("CDB") nos montantes de USD10.860.159 e USD10.705.231,17, correspondente a R\$25.776.587 e R\$23.963.660 respectivamente. Nas mesmas datas e montantes foi contratado, junto a SGID um empréstimo a custo de Libor + 0,65% a.a. e vencimento em 20 de dezembro de 2014 com pagamentos do principal e juros nesta data. Os valores devidos foram liquidados em 22 de dezembro de 2014 conforme contratado.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

Em 19 de dezembro de 2014 a SGID, como garantidora, liquidou, em nome da Companhia, a parcela referente ao principal e juros do empréstimo junto ao China Development Bank no montante de USD10.571.875, correspondente a R\$27.962.610. Neste mesmo montante foi contratado, junto a SGID empréstimo a custo de *Libor* + 2,20% a.a. e vencimento em 20 de junho de 2015 com pagamentos do principal e juros nesta data. Os valores devidos foram liquidados em 22 de junho de 2015 conforme contratado.

Em 07 de abril de 2015, devido a liquidação total do saldo devedor junto ao CDB pela SGID, foi contratado um novo empréstimo ao custo de *Libor* + 2,20% a.a. no mesmo montante de USD39.750.000, correspondente a R\$124.417.500, com pagamentos de principal e juros em parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 04/09/2016.

Em 04 de setembro de 2016, a empresa pagou a última parcela de amortização do empréstimo com a SGID.

### 10. Tributos e contribuições sociais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
IRPJ	21.292.017	17.670.578
CSLL	7.869.133	6.561.394
PIS	87.507	77.148
COFINS	410.769	361.663
Outros	377.800	312.362
	<u><b>30.037.226</b></u>	<u><b>24.983.145</b></u>

### 11. Taxas regulamentares

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	475.143	852.981
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	292.727	317.088
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	7.664.867	6.247.826
	<u><b>8.432.737</b></u>	<u><b>7.417.895</b></u>

#### (i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

### (ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017.

### (iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

## 12. Provisão para contingências

### Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fiscal	5.214.215	5.214.215
Trabalhista	186.168	175.018
	<u><b>5.400.383</b></u>	<u><b>5.389.233</b></u>



## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### Contingências possíveis (não provisionadas):

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

<u>Natureza</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cível	147.398	174.068
Fiscal	69.936.733	40.886.723
	<b>70.084.131</b>	<b>41.060.791</b>

### 13. Impostos diferidos passivos

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos diferidos passivos (i)	51.786.121	47.916.593
	<b>51.786.121</b>	<b>47.916.593</b>

- (i) Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

### 14. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 82.518.088 dividido em 82.518.088 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2016 e 2015</u>
SGBH-E	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	<b>100%</b>

#### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. Nos anos de 2016 e 2015 não foi constituída a reserva legal, pois foi atingido o limite previsto pela Lei das Sociedades por Ações.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### c) Dividendos

Até 2015, aos acionistas era garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações nº 6.404/76. Entretanto, o ato societário datado de 21 de outubro de 2016 alterou esse percentual para 1%, com vigência já para o exercício de 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro líquido do exercício	87.464.406	39.781.560
Reserva legal (5%)	-	-
Base de cálculo para os dividendos	87.464.406	39.781.560
Dividendo mínimo obrigatório	<b>874.644</b>	<b>19.890.780</b>

Em 15 de agosto de 2016 a Administração pagou R\$14.000.000 decorrente dos dividendos provisionados em 2015. O valor remanescente, no total de R\$5.890.780 foi quitado em 1º de novembro de 2016. Na mesma data foram pagos R\$19.109.220 a título de dividendos intermediários referentes à reserva de lucros.

## 15. Receita operacional líquida

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>148.765.926</b>	<b>156.553.038</b>
Receita de operação e manutenção	21.234.829	18.042.588
Remuneração dos ativos financeiros	127.531.097	138.510.450
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(13.404.245)</b>	<b>(12.881.997)</b>
PIS	(1.166.702)	(1.151.903)
COFINS	(5.384.784)	(5.316.474)
ISS	(5.214)	-
RGR	(4.487.320)	(4.430.395)
TFSEE	(698.745)	(343.540)
P&D	(1.661.480)	(1.639.685)
	<b>135.361.681</b>	<b>143.671.041</b>

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 16. Custo da operação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(5.242.103)	(4.521.570)
Material	(575.861)	(1.530.423)
Serviços de terceiros	(1.620.238)	(595.136)
Custo de operação e manutenção	(936.407)	623.636
Gastos diversos (i)	(1.791.707)	(1.411.253)
Outros	(296.397)	(536.257)
	<u><b>(10.462.713)</b></u>	<u><b>(7.971.003)</b></u>

(i) Grupo de gastos diversos refere-se a atividades normais da Companhia de acordo com o plano de contas da ANEEL. Maiores impactos são os gastos de telecomunicação no valor de R\$511.017 em 2016 e R\$910.675 em 2015.

### 17. Despesas gerais e administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Pessoal	(6.159.823)	(4.959.063)
Administradores	(2.181.019)	(2.468.924)
Material	(22.275)	(51.613)
Serviços de terceiros	(669.798)	(691.012)
Arrendamentos e aluguéis	(81.898)	(104.729)
Doações	(1.413.828)	(1.092.946)
Provisão/reversão	(472.341)	261.943
Tributos	(6.102)	(30.092)
Depreciação e amortização	(129.359)	(104.654)
Outras	(572.080)	(206.860)
	<u><b>(11.708.523)</b></u>	<u><b>(9.447.950)</b></u>

### 18. Outras despesas/receitas operacionais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Rendas da prestação de serviços	181.245	150.314
Demais receitas e rendas	10.409	35.854
Depreciação	(120.997)	(79.090)
Tributo sobre a receita	(17.728)	(17.221)
Outros	(9.136)	-
	<u><b>43.793</b></u>	<u><b>89.857</b></u>

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 19. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<b>Receita financeira</b>	<b>20.947.535</b>	<b>23.783.193</b>
Receitas de aplicações financeiras	3.406.900	4.990.197
Variações cambiais ativas	17.658.089	18.854.824
Outras receitas financeiras	(117.454)	(61.828)
<b>Despesa financeira</b>	<b>(7.982.293)</b>	<b>(70.476.809)</b>
Variações cambiais passivas	-	(65.402.187)
Juros sobre empréstimos - terceiros	-	(797.508)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(6.629.823)	(2.578.624)
Outras despesas financeiras	(1.352.470)	(1.698.490)
	<b>12.965.242</b>	<b>(46.693.616)</b>

### 20. Conciliação de imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	126.199.480	79.648.329
Alíquota nominal	(42.883.823)	(27.080.432)
Adições e exclusões não dedutíveis	7.574.926	(996.850)
Adição de contribuição social a base do IR	5.265.562	-
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo)	(5.766)	684.075
Outros	(2.974.263)	(12.473.562)
<b>Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva</b>	<b>(38.735.074)</b>	<b>(39.866.769)</b>
IR e CS corrente	(32.331.826)	(30.515.389)
IR e CS diferido	(6.403.248)	(9.351.380)
	<b>(38.735.074)</b>	<b>(39.866.769)</b>

### 21. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### 21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>5</b>	32.554.898	21.085.917
Ativo financeiro amortizável e indenizável	<b>7</b>	358.727.493	389.454.357
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Adiantamentos a fornecedores		901.174	962.873
Concessionárias e permissionárias	<b>6</b>	20.975.282	19.454.263
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Empréstimos	<b>9</b>	-	77.666.242
Fornecedores - terceiros		189.848	286.633
Fornecedores - partes relacionadas	<b>22</b>	6.185	7.669

### 21.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

#### a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

#### b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## 22. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

### 22.1. Passivo

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores (i)	6.185	7.669
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 9)	-	77.666.242

## Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em reais)

### 22.2. Resultado

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesa de aluguel (i)	65.398	59.330
Despesa de juros com empréstimos com a SGID	1.278.534	2.578.624

(i) O saldo de despesa de aluguel e fornecedores referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

### 23. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

### 24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	1.746.748	1.234.544
Seguro patrimonial	Risco operacional	74.935.602	74.935.602
Veículos	Carros	82.724	24.128
		<u>76.765.074</u>	<u>76.194.274</u>

### 25. Eventos subsequentes

Em 02 de janeiro de 2017 foi realizada reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. A SGBH-E e a SGBH-T foram incorporadas por suas investidas, ETEE e ETIM, respectivamente. Ambas as empresas não possuíam operação relevante além do investimento nas duas transmissoras e a incorporação reversa não gerou impactos operacionais significativos. Ambas as operações societárias foram aprovadas através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016.